

ENTREVISTA



Durão Barroso na sua casa em Londres, fotografado esta quinta-feira à noite a partir de uma videochamada, enquanto decorria o Conselho Europeu

José Manuel Durão Barroso Ex-presidente da Comissão Europeia

“Uma situação de guerra exige uma economia de guerra”

Texto **VÍTOR MATOS**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Fechado na sua casa de Londres, em isolamento voluntário desde 13 de março, José Manuel Durão Barroso conversou com o Expresso por telefone e videochamada. O antigo primeiro-ministro português — agora *chairman* no Goldman Sachs —, avalia a crise a partir da sua experiência de 10 anos como presidente da Comissão Europeia: é a favor dos *eurobonds*, acha que tem de haver uma resposta coordenada da União Europeia à crise, mas considera que neste momento o que importa não é a dívida: é conter o vírus e responder à emergência humanitária.

Estava na primeira linha da crise financeira de 2008 como presidente da Comissão Europeia. Os líderes europeus aprenderam ou devemos preparar-nos para uma crise pior?

Na minha opinião, esta crise do ponto de vista económico vai ser ainda pior do que a que começou em 2008. Mas há uma diferença fundamental: esta não é uma crise financeira como a de 2008, que depois se transmitiu à economia real...

É ao contrário...

Exato. É uma crise que começa com uma pandemia, que gera uma crise na economia real, com uma súbita e violenta destruição de valor e que depois assume aspetos financeiros. Este ponto é relevante, porque na crise financeira e das dívidas soberanas, a solução encontrada tinha de ser económica e financeira. Agora, a solução está fora do âmbito económico e financeiro: está na vitória sobre a pandemia, seja na sua contenção, seja pela descoberta de terapêuticas e vacinas eficazes.

Mas até lá a economia está parada...
Sim. As medidas económicas, sejam de natureza monetária ou orçamental, são absolutamente necessárias para mitigar os efeitos económicos e sociais que serão bastante grandes. No entanto, não é a política monetária ou orçamental que vai matar o vírus. Mas uma vez que se torne evidente que se consegue ultrapassar ou resolver a

crise da dívida pública, a recuperação económica depois desta crise pode ser mais rápida do que a que tivemos — com grandes custos sociais — na última grande crise financeira global. Comparando esta situação com 2008 temos pontos positivos e negativos.

O que vê nisto de positivo?

A situação dos bancos e do sector financeiro é relativamente muito melhor, em parte por causa das medidas tomadas como reação à anterior crise, o que leva o sector financeiro a estar melhor à partida, em termos de capitalização e liquidez — o que de qualquer modo não exclui alguma tensão. Em segundo lugar, houve maior rapidez e determinação na resposta dos bancos centrais, nomeadamente da Reserva Federal americana, do BCE e do Banco de Inglaterra. Houve também menos timidez na reação orçamental, onde os EUA bateram todos os recordes com o pacote anunciado pelo Senado. Na Europa, devemos reconhecer que as medidas orçamentais anunciadas a nível nacional são sem precedentes, mas, infelizmente, essas medidas não têm tido um contraponto equivalente na coordenação entre os países da UE.

A resposta europeia é o aspeto mais negativo?

É um dos aspetos negativos. Mas as medidas orçamentais já anunciadas pelos países são bastante importantes — até porque a Comissão Europeia tomou a iniciativa correta de praticamente suspender o Pacto de Estabilidade, o que permite flexibilidade orçamental. Devia haver coordenação no estímulo orçamental, além do que está a ser feito nos países. Esta crise é

mais global, mais generalizada e mais rápida que a de 2008. E tem um elemento essencial que é o medo: o medo da morte, e que leva à modificação do nosso modo de vida. É uma crise mais existencial ainda que a anterior.

Um dos aspetos comuns a 2008 é os governos estarem a despejar dinheiro na economia. Mas depois, no refluxo, não vai haver o aumento das dívidas e das taxas de juro?

Isso é praticamente inevitável. Há aumentos na dívida pública, independentemente da existência dos mecanismos europeus coordenados — que será o desejável. Mas não podemos colocar como prioridade o controlo da dívida pública. Estamos numa situação de guerra. Uma situação de guerra quase que por definição exige uma economia de guerra. Subscrovo o que tem dito Mario Draghi: neste momento, a questão da dívida não é aquela que deve predominar: estamos perante uma emergência humanitária. A dívida pública seria mais eficazmente gerida em termos de mutualização, mas o seu crescimento é inevitável. E vai atingir em todo o mundo níveis sem precedentes.

Portanto, defende a mutualização da dívida europeia, os *coronabonds*... como nove líderes europeus defenderam contra os quatro “frugais”.

Isso é praticamente inevitável. Há aumentos na dívida pública, independentemente da existência dos mecanismos europeus coordenados — que será o desejável. Mas não podemos colocar como prioridade o controlo da dívida pública. Estamos numa situação de guerra. Uma situação de guerra quase que por definição exige uma economia de guerra. Subscrovo o que tem dito Mario Draghi: neste momento, a questão da dívida não é aquela que deve predominar: estamos perante uma emergência humanitária. A dívida pública seria mais eficazmente gerida em termos de mutualização, mas o seu crescimento é inevitável. E vai atingir em todo o mundo níveis sem precedentes.

Ou seja, a verdadeira iniciativa ficou toda do lado do BCE.

A mutualização da dívida é inevitável.

vel, se quisermos manter uma moeda comum. Na prática, já está a acontecer por via do BCE. Quando o BCE compra dívida maciçamente e agora sem limites, dá um passo fundamental. Seja dívida pública ou dívida corporativa, das próprias empresas, está a dar uma ajuda sobretudo aos países e economias mais vulneráveis. Até pode ser que se chegue aos *eurobonds*. Provavelmente não se vai chegar lá no curto prazo. Alguns dos países que se opõem aos *eurobonds* veem a sua posição reforçada pelas medidas já anunciadas pelo BCE: não apenas pela banca monetária sem precedentes, mas por fim dos limites aos mecanismos de compra da dívida terem reduzido a pressão sobre as dívidas soberanas, as taxas de juro e os *spreads*. Isso leva a que, pelo menos no imediato, não haja um problema. Preocupa-me que haja pelo menos um ou dois países com uma posição dogmática, moral e fundamentalista...

Como a Holanda...

Sim, contra a ideia de *eurobonds*, porque recusam à partida esse instrumento de solidariedade.

António Costa chegou a classificar o discurso de um ministro holandês como “repugnante”. A violência retórica está a fazer regressar a divisão Norte-Sul. A Europa sobrevive a isto?

Continuo a acreditar que sobrevive, porque sou influenciado pela minha experiência: recordo-me que a generalidade dos analistas previam que a Grécia saía do euro e prémios Nobel da Economia diziam que o euro ia chegar ao fim. Continuo a acreditar na resiliência da UE e da zona euro. Mas estou muito preocupado com este tipo de discurso, porque em política as palavras têm efeitos políticos imediatos, na economia, e até podem representar um desafio existencial quanto ao futuro da UE. A crise da solidariedade e a própria ideia de coordenação é, sem dúvida, um risco existencial para a UE.

Acredita num plano de investimento sem precedentes? E de onde vem o dinheiro? Os países não querem usar o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), porque quem pedir dinheiro dá a entender que está a ser resgatado...

Exatamente. Tem razão de alguma forma a Itália quando diz que o MEE não foi desenhado para este tipo de crise, foi desenhado para uma crise financeira. Se não houver um mecanismo generalizado e houver o recurso apenas de um ou outro país com uma posição mais vulnerável, pode criar um estigma que vai gerar ainda maior desconfiança nos mercados e agravar o problema. Mas há que compreender que nessas matérias é preciso consenso. Parte da resposta estará nas perspetivas financeiras para o próximo ciclo.

Mas o Norte também tem sido muito restrito no orçamento europeu... não quer gastar mais.

Vai ter de se ultrapassar a resistência de alguns desses países. Posso estar enganado, mas como a Alemanha vai ter a presidência do Conselho da UE durante o segundo semestre deste ano, a senhora Merkel vai querer deixar em termos de herança europeia uma posição mais forte do que aquela que se lhe reconhece. Acho que a Alemanha vai ter um papel importante para ultrapassar as reticências dos países mais duros.

Há uma frase de António Costa impressionante: “Há uma mesquinhez que está a ameaçar a UE.” Acho que se dirige à Holanda. Concorde que há uma mesquinhez destes países?

Não diria dos países, mas dos Governos. Sim, acho que sim. Mas do que é uma expressão correta. Mas atenção: os outros países também são democráticos. E os Governos também têm de aparecer como defendendo o seu interesse nacional. Claro que me revolta também, mas em termos políticos temos de ter como adquirido que há diferentes perceções nos diferentes países e que as decisões da UE são tomadas por consenso.

Tem havido sensibilidade humana na gestão da crise?

Começamos a ter vezes que sustentam que não se pode dar uma prioridade à questão humanitária porque depois a questão económica traz problemas muito maiores a médio prazo. Quase que se dirá que, nessa perspetiva, temos de aceitar que vai haver um número muito maior de mortes porque senão a economia não vai recuperar. É a posição de alguns, incluindo líderes empresariais. É revoltante. Já ouvi a própria palavra “senicídio”, ou seja, como são velhos podem morrer. Isto é absolutamente inaceitável. A primeira prioridade de uma sociedade e de qualquer sistema organizado de vida humana tem de ser esse valor acima de qualquer outro e não pode ser o de conforto económico das sociedades.

Como tem acompanhado a situação portuguesa?

Há que realçar o que me parece ser a convergência dos órgãos de soberania: Presidente, Assembleia e Governo. Há alguns problemas estruturais, como o subfinanciamento do SNS e as conhecidas dificuldades administrativas. Mas não sei que impacto isso está a ter na resposta. Portugal teve a sorte de esta pandemia ter chegado mais tarde do que a outros países e por as autoridades poderem, felizmente, tomar medidas mais precoces.

Portugal tem margem para atacar os efeitos económicos da crise?

Estamos mais preparados do ponto de vista financeiro do que estávamos em 2008/2009, também pela resposta do BCE. Penso que os riscos de *default* são à partida menores. Mas temos de evitar qualquer complacência.

O Banco de Portugal falava numa queda de 5% do PIB... isso não é conservador?

Acredito mais nas previsões que falam numa queda na zona euro de 9%. Por exemplo, a Alemanha estará perto dos 9%; a Itália estará superior a 11% e a Espanha 10%. Nesse contexto, Portugal vai estar claramente acima dos 4% ou 5% de que tenho ouvido falar. Até porque a nossa economia tem uma vulnerabilidade maior, que é a sua dependência do sector do turismo, ao contrário dos países mais industrializados.

vmatos@expresso.imprensa.pt